

REUNIÃO-DEBATE

ENTRE

Fundação Cuidar o Futuro
COOPERATIVISTAS

Lisboa, 30.11.85

Ver temas (Dossier)



No âmbito da preparação da candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo à Presidência da República teve lugar no dia 30.11.85 uma Reunião-Debate entre cooperativistas na qual foram abordadas as seguintes questões:

1º Economia Social - foi entendimento unânime que a problemática do sector cooperativo deve ser entendida no contexto mais geral de um sector integrado de economia social. Este compreende um leque diversificado de instituições de índole cooperativa, como sejam as associações, as mútuas e as próprias cooperativas, que funcionam de acordo com os princípios comuns de solidariedade, de equidade e de gestão de serviço. Aliás, trata-se aqui de re tomar uma antiga tradição portuguesa na matéria, hoje posta em causa por legislação recente (Código Cooperativo) e pela separação que a Constituição da República fez (art.º 89) ao integrar estas organizações em diferentes sectores da propriedade (vide anexo).

2º Especificidade cooperativa - foi realçada pelos participantes a dupla dimensão (associativa e empresarial) do cooperativismo. Foram também identificados alguns factores que têm vindo a pôr em causa a plena expressão desta "dupla vocação" social e económica e que fundamentalmente radicam: a) na política dos poderes públicos - "verticalização" excessiva dentro do sector cooperativo, provocando a divisão interna e facilitando a penetração partidária e o controlo governamental das organizações, sobretudo as de grau superior (Unões e Federações), em detrimento da participação democrática. b) na evolução económica - nomeadamente com a integração do nosso país na Comunidade Económica Europeia e a intensificação da concorrência em áreas mais sensíveis como são a agricultura e a produção operária. De uma maneira geral, as cooperativas não estão preparadas para suportar o impacto da adesão, por falta de financiamento, de formação profissional e de estrutura organizativa e empresarial. Ramos em dificuldade especial são os do vinho, do leite, da hortofruticultura e da industria textil.

3º Satisfação das necessidades básicas - foi reconhecida a necessidade da criação de condições para que as cooperativas possam ser um instrumento da satisfação das necessidades básicas da população, em especial das classes so



ciais mais desfavorecidas. Foram mencionados os domínios prioritários que são os da produção alimentar (cooperativismo agrícola e de pescas), da habitação (cooperativas de habitação) e do emprego (cooperativas de trabalho associado, sobretudo de artesanato e de prestação de serviços).

Foi observada a ameaça da atenuação ou mesmo perda do carácter "popular" do cooperativismo. O Movimento Cooperativo tende a deixar de ser um movimento popular para servir preferencialmente as necessidades das classes médias urbanas e dos médios e grandes empresários agrícolas. Esta evolução, mais notória nos sectores da agricultura e da habitação, é agravada pela política financeira seguida pelo Estado, o que é tanto mais grave, atendendo à estrutura social desequilibrada, largas faixas da população mais carenciadas arriscam-se a não encontrar no cooperativismo o meio da melhoria das suas condições de vida.

4º - Desenvolvimento regional - foi reconhecido que a actual legislação cooperativa, virada para a especialização das cooperativas num excessivo número de ramos e proibindo a polivalência tanto ao nível das organizações de base, como das de grau superior, impede na prática que as cooperativas possam desempenhar um papel de relevo no desenvolvimento regional. Nestas condições, as cooperativas limitam-se a contribuir para o reforço do desenvolvimento económico das zonas mais prósperas do litoral do país e para o agravamento das assimetrias regionais.

De facto, pequenas cooperativas multifuncionais, bem como Uniões Regionais polivalentes (ou Federações Regionais), pelo facto de servirem ao mesmo tempo necessidades de consumo, de habitação, de produção de alimentos, de criação de postos de trabalho e de fixação da população nas zonas rurais, são um meio privilegiado e indispensável para a realização de uma política de desenvolvimento regional equilibrado e de uma democracia plenamente participada.

5º Ligação Escola-Cooperativas - os participantes na Reunião-Debate reconheceram o muito que há a fazer neste aspecto que é decisivo para garantir o futuro do cooperativismo português. Desde já torna-se imperioso estabelecer ligações entre a Escola (investigação e ensino do cooperativismo) e o sector cooperativo. Trata-se não só de fazer participar o sistema de ensino e o movimento cooperativo na criação de emprego para os jovens



e no desenvolvimento das iniciativas locais de empreendimentos, como mais fundamentalmente de conhecer e de dar a conhecer um dos sectores sociais e económicos da propriedade do solo, dos meios de produção e dos recursos naturais como é o sector cooperativo.

Foi constatada a inexistência de linhas e de projectos de investigação científica nesta área, bem como a exclusão das matérias de cooperativismo do sistema escolar português, o que significa que nada está a ser feito pelo Estado para criar novas gerações de cooperadores.

Em conclusão, foi notada a descoordenação total existente entre o "projecto cooperativo" e a política cooperativa dos poderes públicos, com prejuízo grave da satisfação das necessidades com que se debate a generalidade da população. O cooperativismo não está a ser considerado pelo Estado no seu papel importante de instrumento da resolução dos problemas sociais e económicos, papel este que se acha, aliás, consagrado no próprio texto constitucional.

Fundação Cuidar o Futuro

